Considerando que a linha de limite proposta não prejudica a freguesia de Alcanena e traz apreciáveis vantagens para a população dos dois lugares;

Considerando que, ouvidos o governador civil do distrito de Santarém e a Junta de Província do Ribatejo, de harmonia com o artigo 12.º do Código Administrativo, se mostram concordes com a delimitação solicitada;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. O limite sul da freguesia de Moitas Venda com a freguesia de Alcanena, do concelho dêste nome, é formado pela linha que, saindo de Barrocas do Vale da Vila, segue pela estrada de Vila Moreira até à estrada nacional n.º 66-2.ª e por esta, no sentido do nascente, até ao Ribeiro da Videla.

Publique-se e cumpra-se como nêlé se contém.

Paços do Govêrno da República, 5 de Dezembro de 1938. — ANTONÍO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *João Pinto da Costa Leite* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Decreto-lei n.º 29:206

A Junta de Freguesia de Mira de Aire, do concelho de Pôrto de Mós, deliberou ceder à Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones a casa em que funcionam, na sede da referida freguesia, os serviços dependentes da mesma Administração Geral.

Considerando que foi cumprida a formalidade consignada no § 1.º do artigo 201.º do Código Administrativo;

Tendo em vista a informação favorável da Direcção Geral da Fazenda Pública, do Ministério das Finanças;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É autorizada a Junta de Freguesia de Mira de Aire, do concelho de Pôrto de Mós, a ceder, gratuitamente, ao Estado, para a instalação dos serviços dependentes da Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones, a casa que possui na sede da mesma freguesia, que confronta pelo norte, sul e nascente com a via pública e pelo poente com o cemitério, e onde funciona desde 1936 a nova estação telégrafo-postal daquela vila.

Publique-se e cumpra-se como nêlé se contém.

Paços do Govêrno da República, 5 de Dezembro de 1938. — ANTONÍO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *João Pinto da Costa Leite* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Decreto-lei n.º 29:207

Ao Estado Novo interessa o desenvolvimento dos desportos náuticos, pelo que convém criar novas facilidades aos entusiastas dêsse desporto e codificar e actualizar a

legislação respectiva, visto que se encontra dispersa por vários diplomas e não corresponde bem às necessidades actuais.

Ao mesmo tempo verifica-se a vantagem de colocar os desportos náuticos da vela sob a acção estimulante e coordenadora de um organismo que lhes assegure a protecção necessária e os indispensáveis meios de desenvolvimento.

Esse organismo não pode deixar de ser a Brigada Naval da Legião Portuguesa, que, em momento oportuno, será integrada na Reserva Naval.

É só da vela se trata, porque, embora o remo seja uma valiosa forma de cultura física, é a vela que representa o meio ideal para a preparação de futuros marinheiros e constitue a melhor das escolas para adestramento dos filiados na Brigada Naval tendo em vista o seu aproveitamento nas horas mais graves da vida da Nação.

O Govêrno da Revolução Nacional procura facilitar e impulsionar essa preparação e aproveitamento com a publicação do presente diploma, que codifica toda a legislação sôbre barcos de recreio, concede facilidades aos seus proprietários, dá ao desporto náutico da vela uma coordenação indispensável e atende às necessidades, tanto dos estrangeiros possuidores de barcos de recreio domiciliados em Portugal, como daqueles que nos visitem por simples curiosidade turística.

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criado pelo presente diploma o serviço de registo dos barcos de recreio portugueses, tanto de vela, como de motor ou mixtos.

Este serviço é confiado à Brigada Naval da Legião Portuguesa.

§ único. O comando da Brigada elaborará os regulamentos e tomará as providências necessárias para a rápida execução do determinado neste diploma.

Art. 2.º Consideram-se barcos de recreio os utilizados pelos seus proprietários na prática do desporto náutico, pelo que lhes é expressamente proibida a exploração, por qualquer meio ou forma, das indústrias de pesca ou de transporte, permanente ou accidental, de passageiros ou carga, realizadas com fins lucrativos.

Art. 3.º O registo de barcos de recreio na Brigada Naval da Legião Portuguesa é facultativo.

§ 1.º O proprietário ou entidade proprietária de um ou mais barcos de recreio que pretenda usar dessa faculdade requererá a respectiva inscrição no registo da Brigada Naval, indicando todas as características do seu barco, ou barcos, acomodações interiores, pôrto de amarração e número de tripulantes profissionais.

§ 2.º Poderão ser imediatamente admitidos a registo todos os barcos de recreio cujos proprietários façam parte da Legião Portuguesa e assim o requêram.

Art. 4.º A concessão de cartas de patrão, em qualquer das suas categorias, passa a ser privativa da Brigada Naval.

§ 1.º No prazo de noventa dias, a contar da publicação dêste diploma, elaborará o comando da Brigada Naval o regulamento dêsses exames, nêlé devendo mencionar as matérias em que os candidatos terão de prestar as suas provas, organização e funcionamento dos júris de exames, modelos das cartas de patrão e mais indicações que entenda necessárias.

§ 2.º Nos locais onde não existam delegações da Brigada Naval poderão as provas a que se refere o parágrafo anterior ser efectuadas na capitania respectiva, a pedido do comando da Brigada Naval.